

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
 Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
 São Paulo, 26 agosto de 2014
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014	30/06/2013		Nota	30/06/2014	30/06/2013
Ativo Circulante		1.856.787	1.793.052	Passivo Circulante		21.877	79.976
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		767.690	740.208	Outras Obrigações		21.877	79.976
Aplicações no Mercado Aberto	4&12.c	91.660	88.127	Fiscais e Previdenciárias	9	21.117	79.207
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.c	676.030	652.081	Diversas		760	769
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros				Passivo Exigível a Longo Prazo		141.247	30.260
Derivativos	5	1.079.507	1.037.005	Outras Obrigações		141.247	30.260
Carteira Própria		1.077.594	1.036.906	Fiscais e Previdenciárias	9	141.247	30.256
Vinculados à Prestação de Garantias		1.913	99	Diversas		-	4
Relações Interfinanceiras		8	10	Patrimônio Líquido		11	3.014.472
Creditos Vinculados:				Capital Social:			
Depósitos no Banco Central		8	10	De Domiciliados no País		2.787.689	2.787.689
Outros Créditos		9.582	15.829	Reservas de Lucros		232.754	138.567
Creditos Tributários	6	450	923	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.971)	(23.960)
Diversos	7	9.132	14.906				
Ativo Realizável a Longo Prazo		219.302	166.344				
Outros Créditos		219.302	166.344				
Creditos Tributários	6	43.074	29.804				
Diversos	7	176.228	136.540				
Permanente		1.101.507	1.053.136				
Investimentos		1.101.507	1.053.136				
Participações em Coligadas:							
No País	8	1.101.506	1.053.135				
Outros Investimentos		1	1				
Total do Ativo		3.177.596	3.012.532	Total do Passivo		3.177.596	3.012.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.787.689	119.674	255.450	27	5.708	3.168.548
Dividendos Intermediários	11.b	-	-	(255.450)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	274	(29.969)	(29.695)
Lucro Líquido		-	-	-	-	78.693	78.693
Destinações:							
Reserva Legal		-	3.935	-	-	(3.935)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(59.800)	(59.800)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	7.479	-	(7.479)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	7.479	-	(7.479)	-
Saldos em 30 de Junho de 2013		2.787.689	123.609	14.958	301	(24.261)	2.902.296
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.787.689	124.932	40.092	60	(8.494)	2.944.279
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(183)	2.646	2.463
Lucro Líquido		-	-	-	-	103.430	103.430
Destinações:							
Reserva Legal		-	5.172	-	-	(5.172)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.b	-	-	-	-	(35.700)	(35.700)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	31.279	-	(31.279)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	31.279	-	(31.279)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.787.689	130.104	102.650	(123)	(5.848)	3.014.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
 O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
 As demonstrações financeiras do Bandepe, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não reconhecidas pelo Bacen.
 A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
 As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2014 foram aprovadas pelos Administradores na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.
 As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui o Bandepe, elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (atual denominação do IFRIC) (IFRS) do período findo em 30 de junho de 2014 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.
b) Auração do Resultado
 O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
 Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
 A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
 I - títulos para negociação;
 II - títulos disponíveis para venda; e
 III - títulos mantidos até o vencimento.
 Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
 (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
 As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
f) Permanente
 Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

f.1) Investimentos
 Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
 O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
 Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
 As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
 Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
 Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
 O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.
 De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Bandepe na reunião realizada em 26 de agosto de 2014.
j) Estimativas Contábeis
 As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2013	31/12/2012
Disponibilidades	-	-	-	94
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	91.660	47.290	88.127	133.309
Aplicações no Mercado Aberto	91.660	47.290	88.127	133.309
Total	91.660	47.290	88.127	133.403

5. Títulos e Valores Mobiliários
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2014	30/06/2013
Títulos Disponíveis para Negociação		
Títulos Públicos	6.506	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.506	6.506
Títulos Disponíveis para Venda		
Títulos Públicos	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.073.215	(214) 1.073.001
Cotas de Fundo Multimercado	1.025.073	-
Cotas de Fundo Imobiliário	48.142	(214) 47.928
Total de Títulos e Valores Mobiliários Circulante	1.079.721	(214) 1.079.507
II) Abertura por Vencimento		
	30/06/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses
Títulos Disponíveis para Negociação		
Títulos Públicos	-	6.506
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	6.506
Títulos Disponíveis para Venda		
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.073.001	-
Cotas de Fundo Multimercado	1.025.073	-
Cotas de Fundo Imobiliário	47.928	-
Total	1.073.001	6.506

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

6. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	38.402	4.122	(5)	42.519
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa ⁽¹⁾	-	92	-	92
Outras Provisões Temporárias	950	2.581	(2.618)	913
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	39.352	6.795	(2.623)	43.524
Longo Prazo	539	-	-	450
Total	38.813	-	-	43.074
	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	26.909	2.402	-	29.311
Outras Provisões Temporárias	952	-	(66)	886
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.861	2.402	(66)	30.197
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.388	-	(858)	530
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	24.180	2.402	(924)	23.727
Longo Prazo	5.069	-	-	24.804

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	30/06/2014
	Diferenças Temporárias
	CSLL
	PIS/Cofins
	Total
Ano	
2014	100
2015	105
2016	26.644
2017	10
2018	1.293
2019 a 2021	22
Total	28.174

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
c) Valor Presente dos Créditos Tributários
 O valor presente total dos créditos tributários é de R\$37.478 (30/06/2013 - R\$29.536), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

	30/06/2014	30/06/2013
Investimento		
Santander Leasing S.A. Arrendamento		
Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	2.365.566
		21,42%
		Resultado da
		Equivalência Patrimonial
		01/01 a 01/01 a
		30/06/2014 30/06/2013
Saldo Inicial	126.395	95.137
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	14.852	6.802
Baixa por Pagamentos	-	(17)
Saldo Final	141.247	101.922
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	128.351	93.726

9. Fiscais e Previdenciárias
 As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)	141.247	101.922
Provisão para Tributos Diferidos	-	225
Impostos e Contribuições a Pagar	21.117	7.316
Total	162.364	109.463
Circulante	21.117	79.207
Longo Prazo	141.247	30.256

10. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes
 Em 30 de junho de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais Fiscais

	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Saldo Inicial	126.395	95.137
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	14.852	6.802
Baixa por Pagamentos	-	(17)
Saldo Final	141.247	101.922
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	128.351	93.726

⁽¹⁾ Contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.
⁽²⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 3
--	------	-----------



Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Alberto López Galán

Diretor Vice-Presidente

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Marco Antônio Martins de Araújo Filho

José Roberto Machado Filho

Oscar Rodriguez Herrero

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Bandepe S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não

para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.